

AGE SUMMIT

Lisboa, 5 de dezembro de 2019

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF

Colegas,

Estamos hoje aqui, nesta ação que decidimos designar por AGE SUMMIT, para chamar a atenção – mais uma vez, sublinhe-se – para um problema, mais um, que afeta a Educação em Portugal: o envelhecimento do corpo docente e, por consequência, a cada vez maior ausência de professores jovens nas escolas.

Chamadas de atenção aos governos de Portugal para o que está a acontecer não têm faltado: ainda este ano, quando foram divulgados os dados do Programa Talis, desenvolvido pela **OCDE**, relativos a 2018; da **Comissão Europeia** que, através do Monitor da Educação e da Formação de 2019, divulgado em setembro passado, identificou o envelhecimento da população docente como um dos principais problemas das escolas em Portugal; da **Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência**, ou seja, do próprio Ministério da Educação, através do documento Educação em números – Portugal 2019, divulgado no início de agosto; recentemente, em 26 de novembro, do **Conselho Nacional de Educação**, através do relatório Estado da Educação 2018 (Edição de 2019).

O Ministério da Educação conhece o problema e até já se comprometeu a dar-lhe resposta. Mas não deu. Em maio de 2017, no âmbito da Cimeira Internacional sobre a Profissão Docente, que se realizou em Edimburgo, uma iniciativa da OCDE e da Internacional de Educação, comprometeu-se a *“Melhorar o bem-estar dos professores e a atratividade da profissão: descongelar a progressão nas carreiras; explorar como permitir a aposentação dos professores e a entrada dos mais novos; fazer um inquérito aos professores, visando libertar mais tempo para trabalho colaborativo e para o progresso de ensino aprendizagem”*.

No ano seguinte, em 2018, de novo na Cimeira coorganizada por OCDE e IE, desta vez em Lisboa, o Ministério da Educação reconheceu não ter concretizado o compromisso e, então, renovou-o, escrevendo *“Assunção de que o envelhecimento da profissão docente é um problema que terá de ser tratado”*. Também não cumpriu. A FENPROF recusou participar na cimeira de 2019, pois considera que seria hipocrisia sentar-se ao lado de quem não honra os compromissos e de quem desvaloriza, negando com a prática, o chamado diálogo social, apesar de encher a boca com a sua promoção.

Os **números são, de facto impressionantes**. Vejamos:

- Ao longo do século XXI, de 2000 a 2018, os professores até 30 anos, no 1.º Ciclo passaram de 5.759 para 311, no 2.º Ciclo de 4.665 para 320 e no 3.º Ciclo e Secundário de 16.697 para 640;

- No mesmo período de tempo, também diminuiu o número de docentes do grupo etário 30-39 anos, passando de 47.064 para 18.911 (um decréscimo de 28.153, menos 60%) e até no grupo 40-49 anos passou a haver menos 5.600 docentes;

- Nestes 18 anos só aumentou o número de professores de 50 a 59 anos, que quase duplicaram, passando de 24.411 para 43.210, e os de mais de 60 anos que eram, no início do século, 3.633 e em 2018 já eram 12.931, quase quatro vezes mais, correspondendo a cerca de 12% dos professores dos quadros;

- Segundo o Talis, a média etária dos docentes em 2018 era de 49 anos, o que significa que, um ano depois, atingimos o meio século;

- Ainda segundo o Talis, entre 2013 e 2018, isto é, em apenas 5 anos, o número de docentes com 50 ou mais anos passou de 28% para 48%;

- De acordo com o Relatório Anual da OCDE sobre Educação, há 10 anos, não mais do que isso, Portugal tinha 16% de docentes até aos 30 anos; agora só tem 1%;

Olhemos ainda mais profundamente os números. Segundo as estatísticas da Educação, divulgadas pela DGEEC/ME, em 2017, nos quadros:

- O 1.º Ciclo do Ensino Básico tinha 16 docentes em 24.435 até 30 anos e o Pré-Escolar 13 em 8.133;

- Ainda no Pré-Escolar, 74% dos educadores já tinha mais de 50 anos, sendo a idade média de 52 anos, tendo, entretanto, passado 2 anos;

- Neste momento, a idade média no 2.º Ciclo é de 52 anos, no 3.º Ciclo e Secundário de 51 e no 1.º Ciclo de 50 anos.

Este envelhecimento é extremamente negativo em primeiro lugar para os próprios profissionais, mas também é nefasto para a dinâmica das escolas e para os alunos (Estamos a falar de gerações de docentes formados nos finais dos anos 70 e nos anos 80, ou seja há 40 e mais anos quando ainda se comunicava por fax, telex e por aparelho semelhante ao que Graham Bell falou, pela primeira vez, para Thomas Watson, o telefone; são gerações nascidas na década em que a Ollivetti lançava na Feira de Hannover a sua primeira máquina de escrever elétrica).

Não está em causa o elevado grau de profissionalismo destes docentes, o seu empenhamento, a sua vontade de fazer bem e cada vez melhor, mas estão em causa critérios de justiça, de respeito e de necessidade de aceder a uma vida que não tenha o elevado grau de exigência que o exercício da profissão docente, ainda mais na escola de hoje, impõe aos professores.

Este envelhecimento pode ainda transportar, a curto prazo, outro problema, que é gravíssimo, para o sistema educativo português, com repercussão muito negativa no futuro do nosso País: uma falta generalizada de professores devidamente qualificados. Repare-se, como divulgava há dias o Conselho Nacional de Educação, até ao final da década de 2029/30 vão sair para a aposentação quase 60.000 professores e educadores. E se olharmos para os números

divulgados pelo Ministério da Educação, prevê-se que até final desta legislatura, em 2023, saiam quase 12.000; só que esse número contava que em 2019 se aposentariam 995 docentes, o que já representava um aumento de 50% em relação a 2018, ano em que se aposentaram 669. Pois bem, saíram/sairão até final deste mês, 1 406 docentes, isto é, mais 41% que o previsto e mais 110% que no ano passado. Se esta variação se mantiver, até 2023 poderão sair cerca de 17.000 professores, só nestes 4 anos.

Como dar resposta a tão grande saída de docentes? Não há alternativa: apostando na formação de professores, mas antes, porque esta não se faz em 5 semanas, em universidades de Verão, é preciso chamar à profissão os professores e professoras que existem, designadamente os milhares que já passaram por ela, mas a abandonaram. Mas para chamar esses cerca de 12 a 15 mil, e eles são indispensáveis para que não haja uma quebra de qualificação na nossa profissão, é preciso que a profissão os atraia, que a profissão docente se torne atrativa, porque não é.

- Não é atrativa uma profissão em que a carreira tem escalões de 4 anos, desde logo o primeiro, mas, neste, a média de tempo de serviço dos que nele se encontram é de 16,5 anos, com 43, 4 anos de idade;

- Não é atrativa uma profissão em que 12% dos profissionais têm 60 ou mais anos, logo, aproximam-se ou já ultrapassaram os 40 anos de serviço, mas a sua carreira, que tem a duração de 34 anos, só conta com 0,02% no escalão de topo;

- Não é atrativa uma profissão em que, atualmente, para se entrar no quadro (por vezes, a centenas de quilómetros de casa) são necessários, em média 15,5 anos de serviço, o que significa entre 20 e 25 de trabalho, e uma idade média acima de 44 anos. Aliás, a este propósito, até a Comissão Europeia, no já referido Monitor da Educação e da Formação 2019 destaca como negativa a “elevada proporção de pessoal não permanente”, leia-se, em precariedade.

Tornar atrativa a profissão, significa criar condições de estabilidade dos docentes, garantindo o ingresso nos quadros aos 3 anos de serviço; significa aumentar anualmente os salários e não, como acontece hoje, em que após 10 anos de salários congelados, que os desvalorizou 17% se anuncia uma atualização de acordo com a inflação de 2019 que, em novembro, se situava nos 0,4% (ou seja, 8 euros brutos por mês); significa respeitar a carreira docente e a sua estrutura o que, no imediato, impõe a contagem e não o roubo de 6 anos, 6 meses e 23 dias de serviço cumprido, a resolução do problema das ultrapassagens e o desbloqueamento de quantos se encontram prisioneiros das vagas aos 5.º e 7.º escalões; passa por aplicar, a quem trabalha no continente, as mesmas regras de carreira que se aplicam na Madeira e nos Açores; passa por cumprir a lei no que respeita aos horários de trabalho, como a outras condições de trabalho; passa por não discriminar os professores dentro da Administração Pública no acesso a direitos como, por exemplo, o de pré-reforma; passa por respeitar critérios de justiça no acesso à aposentação criando um regime específico para os docentes que tenha em conta a exigência da profissão e o desgaste que provoca o seu exercício, defendendo a FENPROF que os professores possam aposentar-se aos 36 anos de serviço e, de imediato, que aqueles que completarem 40 anos de serviço e descontos possam aposentar-se, independentemente da idade, sem penalizações, incluindo a que resulta do

chamado fator de sustentabilidade, que em 2020 vai aumentar de novo, ficando acima dos 15%, estando também já anunciado que a idade irá aumentar para os 66 anos e 6 meses em 2021.

E não venham com a conversa de que uma antecipação da aposentação poria em causa a sustentabilidade da Caixa Geral de Aposentações. Não é verdade. Não a destruam e a CGA será sustentável. Permitam que todos os que foram afastados de subscritores da CGA possam reinscrever-se e que os novos trabalhadores da Administração Pública, designadamente os professores, possam inscrever-se nela; aumentem os níveis de emprego, porque são necessários mais professores nas escolas, tal como trabalhadores não docentes, atualizem os salários e respeitem a estrutura das carreiras, que logo os descontos para a CGA também aumentarão significativamente.

Colegas,

Tudo o que antes se afirma faz parte do **Caderno Reivindicativo** que a FENPROF pretende entregar ao Ministério da Educação, mas para que isso aconteça é preciso que haja ministro.

Logo após as eleições de 6 de outubro, a FENPROF pediu reunião aos grupos parlamentares e já reuniu com todos; pediu reunião ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e já realizou essa primeira reunião, prevendo-se outras; reunimos, até, com representantes da Comissão Europeia sobre o semestre europeu; noutras áreas, do Trabalho à Administração Pública, já se realizaram reuniões entre o governo e os sindicatos para definir estratégias de diálogo e negociação, imediatos ou para a legislatura; na Educação temos, apenas, um buraco negro no que respeita ao diálogo social, como até o capital gosta de lhe chamar. Nada, não há nada. Tiago Brandão Rodrigues achar-se-á acima desse ato democrático, ou, então, não tem nada para dizer... mas que não seja por isto, pois os professores têm muito para lhe dizer e será muito mais tranquilo se o ministro ouvir no âmbito do diálogo e da negociação coletiva.

O ministro da Educação tem de assumir as suas responsabilidades e não pode continuar a fugir delas; tem de se perceber se o ministro ainda está politicamente vivo ou, como aparenta, já não. Por enquanto, o que se pode afirmar é que o governo de António Costa, na Educação, não só terá reconduzido o ministro e 2/3 da restante equipa anterior, como também reconduziu a prepotência, a arrogância, o desrespeito e a incapacidade de lidar com elementares regras da democracia.

Lutaremos para mudar este estado de coisas. Lutaremos para melhorar a Escola Pública. Lutaremos para que os professores sejam respeitados: vendo recuperado todo o tempo de serviço, garantida estabilidade de emprego e profissional e terminados os abusos e ilegalidades nos seus horários de trabalho. Lutaremos por respeito, pelo direito à negociação e pelos direitos sindicais. Lutaremos pela aposentação dos professores e pelo rejuvenescimento da profissão docente. Os professores contarão com a FENPROF para as lutas que se impõem e que iremos travar.